

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Desafios das ações de inclusão social: formação de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais em Abaeté, Minas Gerais

Social inclusion challenges: training teachers to work in special education resource room classrooms in Abaeté, Minas Gerais State, Brazil

RESUMO

Este relato aborda experiências extensionistas do projeto “Da forma à ação de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais: uma proposta para as escolas municipais de Abaeté-MG”. O projeto propôs a implantação de salas de recursos multifuncionais e o desenvolvimento de ações efetivas para o atendimento educacional especializado. Enfatiza-se a trajetória de elaboração e o desenvolvimento do curso, as principais dificuldades, reflexões e diálogos com os professores cursistas.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado. Salas de recursos multifuncionais. Extensão universitária. Educação básica pública.

ABSTRACT

This experience report discusses extension actions in the project “From form to action of teachers in special education resource room classrooms: a proposal for public schools in the city of Abaeté-MG”. Our goal was to set up special education resource room classrooms and to develop effective actions for specialized education purposes. We focus on the process of elaboration and development of the course, the main difficulties, reflections and dialogs with teachers.

Keywords: Specialized education. Special education resource room classrooms. University and society. Publicly funded elementary education.

Denise Nunes De Sordi

Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais (denisends@me.com).

INTRODUÇÃO

Este relato aborda experiências extensionistas com o projeto “Da forma à ação de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais: uma proposta para as escolas municipais de Abaeté- MG”, coordenado pelo Prof. Dr. Gilberto César de Noronha, contratado pelo edital nº 013/2012 de pesquisa em educação básica, convênio CAPES/FAPEMIG APQ-03409-12.

O objetivo do projeto foi formar professores para realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em escolas regulares das redes públicas de ensino, capacitando-os para propor e executar estratégias de planejamento, organização e funcionamento de SRM. Para tanto, propusemos analisar, sempre em diálogo crítico com a realidade desses professores nas escolas, as políticas públicas direcionadas para a educação especial, na forma do AEE, e como a interlocução entre os atores da universidade e da educação básica pode contribuir para a construção de práticas de ação social no interior das escolas e suas comunidades.

Considerando que “o processo de inclusão parece não ser algo que simplesmente acontece espontaneamente, mas algo que requer pensamento cuidadoso e bastante preparo” (DOS ANJOS, 2011, p. 3-4), buscamos a interlocução entre os atores da universidade e da educação básica para a construção de práticas de ação social no interior das escolas e suas comunidades, pois, em última instância, não são os educandos que precisam ser incluídos, mas sim a escola atual que precisa se tornar inclusiva. Para ser transformador, nosso sistema educacional precisa ser transformado não apenas em suas ideias, mas desde as suas bases materiais, seus espaços e temporalidades (ROPOLI, 2010).

O curso foi estruturado com o intuito de promover a atuação de professores da educação básica de ensino na implementação de SEM, a partir do conhecimento dos aspectos legais teóricos e metodológicos da educação inclusiva no Brasil (NORONHA, 2016) e das práticas de gestão democrática (BRASIL, 2004; 2008) que possam movimentar suas demandas nas escolas de Abaeté e da região centro-oeste de Minas Gerais. Os conteúdos foram organizados de

modo a promover intervenções nas formas de planejar, implementar e desenvolver o AEE e a SRM, construir subsídios para identificar estudantes com necessidades de AEE e para que os professores possam planejar e desenvolver práticas inclusivas na educação escolar de alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

¹ A página principal com os links para toda a estrutura do curso está disponível no endereço: <<http://cursosrm.blogspot.com.br/>>.

As quatro escolas de Abaeté-MG que contribuíram para a realização do projeto foram: Escola Municipal Irmã Maria de Lourdes, sede do projeto; Escola Municipal Senador Souza Viana; Escola Municipal Chico Cirilo; e Centro de Educação Infantil Dona Alvarina. A ideia inicial era aprimorar a SRM já existente na Escola Municipal Irmã Maria de Lourdes e implantá-las nas demais escolas a partir de propostas dos trinta professores cursistas ao final do curso. Vale ressaltar que a equipe do projeto foi majoritariamente constituída por estudantes e professores daquele município.

Planejar, elaborar e executar um projeto que se propunha, ao mesmo tempo, pesquisar e incentivar a atuação de professores da rede básica municipal e que ocorria em duas regiões do estado de Minas Gerais, ou seja, Uberlândia (sede da Universidade Federal de Uberlândia no Triângulo Mineiro) e Abaeté (sede das escolas, domicílio dos cursistas localizada no centro-oeste mineiro) foi uma tarefa facilitada pela criação de uma plataforma on-line que serviu de ponto de partida para diálogo, apoio, orientação e formação entre o grupo do projeto e os professores que se inscreveram como cursistas.

Optamos pela utilização de blogs por suas possibilidades de interatividade, fácil utilização e layout agradável. Criamos um “espaço virtual” pensado para a interação direta entre a equipe do projeto e os cursistas a partir de sete blogs interconectados e ligados à dinâmica do material didático e dos encontros presenciais, ou seja, um site principal como *homepage* do projeto¹ aberta ao público em geral e utilizada para divulgar as ações, conteúdos complementares e as informações básicas sobre o curso e um blog para cada atividade específica do curso, com acesso restrito à equipe do projeto e aos cursistas.

Assim, a partir da aba “home” do blog, tem-se acesso aos demais blogs, estruturados da seguinte maneira: o Guia de Estudos, contendo o conteúdo teórico (os módulos para download); o Caderno de Atividades, com atividades referentes aos conteúdos de cada um

dos módulos do Guia de Estudos; o Fórum, um espaço virtual para debates entre os cursistas de um tema elencado em consonância com o módulo, a partir de conteúdos que possam instigar a mobilização dos conteúdos apreendidos; Oficinas, um espaço utilizado para informar as datas dos encontros presenciais, disponibilizar materiais utilizados nos encontros e complementares e propor a avaliação pelos cursistas das atividades desenvolvidas; Plano de Ação Pedagógica, ou PAP, com informações sobre o projeto final, cuja proposta é implementar uma SRM na escola de origem dos cursistas; e Seminário Final, com informações sobre o evento de encerramento do curso que reuniu a comunidade escolar e os gestores municipais de educação.

A produção do material didático colocou o desafio de executarmos um projeto de elaboração de uma teoria para um processo de formação profissional e, ao mesmo tempo, uma prática de intervenção direta na realidade (MITTLER, 2003). O material foi nosso ponto articulador e um guia para o encadeamento dos temas, debates e atividades, construído a partir dos constantes *feedbacks*, obtidos a partir dos questionários de avaliação respondidos anonimamente pelos cursistas sobre os módulos do curso ao final de cada oficina.

Desenvolvemos e executamos o curso tendo em conta as concepções e políticas públicas sobre os Direitos Humanos no âmbito da universalização da educação (BRASIL, 2010). Na busca pela ampliação dos debates para além das SRM, enfatizamos o lugar social dos professores (BRASIL, 2004) e nos focamos nos aspectos da aplicabilidade do curso, o diálogo com os estudantes, como identificar, analisar e propor atividades para o AEE.

O curso foi desenvolvido com foco na promoção do melhor aproveitamento para seu público – professores da rede básica de ensino – e aplicado em quatro módulos, articulados em um Guia de Estudos, com a proposta de que todos os temas concernentes à educação especial no Brasil fossem abordados, de forma que os professores criassem uma imagem geral do funcionamento das SRM e de que seu planejamento não envolve apenas o espaço físico da sala, mas aspectos como a legislação, a luta por direitos políticos, o reconhecimento das diferenças, os processos pedagógicos de autonomia do estudante, o planejamento pedagógico, o desenvolvimento de recursos pedagógicos e a demanda por uma rede de apoio que deve acompanhar as escolas

em suas atividades.

Foi exigido dos cursistas um tempo de dedicação de 180 horas, divididas em 84 horas de estudos individuais (no Guia de Estudos), 54 horas de atividades práticas (desenvolvidas com o caderno de atividades, o fórum, as atividades práticas durante as oficinas e as atividades complementares do Guia de Estudos), 32 horas de oficinas (realizadas em Abaeté com os tutores bolsistas do projeto, de Uberlândia e Abaeté) e 10 horas de seminário (atividades de encerramento do curso com o plano de ação pedagógica e o seminário final do curso).

Em movimento e construção

O módulo I “A educação especial na perspectiva da educação inclusiva” foi elaborado a partir de pesquisa sobre o processo de conquistas das políticas institucionais e das estruturas de ensino e legislação. Esse módulo possui três capítulos e propõe a apreensão pelo cursista dos conceitos utilizados, no Brasil, para a construção de uma educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Ao problematizar e questionar a ideia da educação especial como algo naturalizado, ou como ponto passivo nas escolas, situa o debate sobre a educação especial no campo dos Direitos Humanos e, por fim, discute a importância de se ter uma gestão democrática nas escolas.

A dificuldade na elaboração do curso esteve justamente no mapeamento de dimensões do debate realizadas constantemente de modo esparso e não voltado para a formação completa de professores, relacionando temas e problemas enfrentados pela proposta da educação inclusiva.

A execução da proposta passou por redimensionar o conceito de educação especial em diálogo com a educação inclusiva e suas dimensões sociais (SANTOS, 2002; ARANHA, 2004; ROPOLI, 2010).

Durante a oficina desse primeiro módulo, foi apresentado um esquema visual de todo o conteúdo presente no Guia de Estudos, uma cronologia da legislação e um documentário sobre Direitos Humanos. O diálogo aconteceu a partir de questionamentos dos cursistas acerca da ausência de pontos de gestão democrática nas escolas e de

informações sobre legislação e gestão do ensino no ambiente escolar. Nessa Oficina, foi proposta uma atividade prática que realizou um júri simulado como estímulo para o debate sobre o tema e a causa da educação especial em uma perspectiva inclusiva.

Você considera que os conteúdos trabalhados no Módulo I serão relevantes para sua prática profissional?

Sim, muito, a partir de estudos e conhecimento sobre a educação inclusiva e de algumas leis sobre inclusão me sinto mais preparada para lidar com algumas situações que antes eu não sabia.

Acho que todos os envolvidos com a educação têm que pelo menos ter alguma noção do que definem as leis.

Considero de suma importância todo conteúdo trabalhado até aqui, principalmente a parte sobre acessibilidade, quanta informação passava despercebida aos meus olhos. Espero aprender muito mais. Este curso está abrindo nossos olhares para detalhes até então irrelevantes e que agora sobre nova perspectiva se tornaram importantíssimos para o bom funcionamento da escola. (AVALIAÇÃO, 2014).

O Módulo II “Sala de recursos multifuncionais: estratégias de planejamento, organização e funcionamento” foi dividido em três capítulos e tratou sobre: a SRM como o espaço de identificação do AEE (ROPOLI, 2010); o que é necessário para que uma SRM seja implantada (BRASIL, 2012), desde as demandas técnicas, estruturais, pedagógicas (PPP e Plano de Atendimento Especializado) e de pessoal (ALVES; GOTTI, 2006; BERSCH, 2006; SARTORETTO; BERSCH, 2010); e a perspectiva acerca do atendimento educacional especializado dos professores que atuam nas SRM ao debater a importância do atendimento ocorrer prioritariamente na escola regular.

Como você avalia a clareza do material do Módulo II como um todo?

Muito bom, pois, nos instigou a observar todos os espaços ao nosso redor e ver como ainda temos que melhorar no quesito acessibilidade. Também nos levou a observar melhor nossos alunos e questionar junto aos diretores maneiras para melhor atendê-los, sugerindo mudanças no PPP da escola para futuramente podermos conseguir a SRM para as escolas estaduais também. (AVALIAÇÃO, 2014).

A dificuldade na elaboração desse módulo se deu por conta de traduzir linguagens estritamente técnicas apresentadas enquanto normas para um material acessível que pudesse problematizar o fato de que os aspectos que parecem não serem da alçada de professores – como a atenção à largura de uma porta, rampas ao invés de escadas, a largura das rampas, placas, tipos de materiais de construção, possibilidades de locomoção em banheiros, a matrícula dos estudantes, dentre outros – compõem a gama de habilidades pedagógicas na dimensão da Educação Especial Inclusiva (SERPRO, 2013; BRASIL, 2009; 2013). Nessa oficina, ocorreu uma atividade prática, em que os cursistas tiveram a oportunidade de trabalhar em equipe, através de um jogo de identificação de material e equipamento utilizado no AEE.

Você considera que os conteúdos trabalhados no Módulo II serão relevantes para sua prática profissional?

São muito importantes e necessários à prática pedagógica, através destes conteúdos aprendi muito sobre a SRM, conheci durante a oficina materiais pedagógicos que ajudam na aprendizagem, o encontro com os colegas também sempre é prazeroso.

Sim. Pois, nos orientou sobre as formas de planejar, implementar e desenvolver Atendimento Educacional Especializado

em Salas de Recursos Multifuncionais.
(AVALIAÇÃO, 2014).

O módulo III, intitulado “Necessidades educacionais especiais no contexto educacional”, foi dividido em quatro capítulos e elaborado de modo a fornecer subsídios para que os professores sejam capazes de identificar as necessidades educacionais dos estudantes e promover o AEE adequadamente, recorrer às redes de apoio ao AEE e determinar as condições necessárias para a inclusão escolar de estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH). O objetivo central desse módulo foi apresentar criticamente as características de cada tipo de deficiências, TGD e AH, porém em um contexto escolar, com ênfase no lugar social do professor (GIL, 2005; BELISÁRIO FILHO, 2010; CRESPO, 2011).

As indagações dos professores evidenciaram muitos dos desafios da inclusão social quanto à identificação do público do AEE. Algumas habilidades pedagógicas requeridas se interrelacionam com determinadas áreas da Psicologia e da Medicina, o que é dificultado se a escola não apresenta articulação com a rede de apoio ao AEE. Nesse sentido, a proposta para esse módulo foi debater tais questões a partir de seu enfoque pedagógico e político ao pensar o papel do professor diante dos desafios do planejamento do AEE.

Como você avalia a clareza do material do Módulo III como um todo?

O módulo III foi o mais desafiador, nos exigiu muito esforço, e me deixou muito aflita, realmente diagnosticar doenças ou deficiências é um trabalho para especialistas, mas foi o módulo que mais mexeu com nossa sensibilidade, com certeza foi um dos mais importantes do curso.

Você considera que os conteúdos trabalhados no Módulo III serão relevantes para sua prática profissional?

Sim, a partir de agora conhecendo um pouco sobre as deficiências poderei estar

buscando caminhos para ajudar meus alunos. (AVALIAÇÃO, 2014).

O Módulo IV “Estratégias de utilização dos recursos pedagógicos nas salas de recursos multifuncionais” foi dividido em quatro capítulos. Esse módulo buscou promover habilidades para que os professores pudessem desenvolver recursos de apoio e metodologias específicas para a oferta de AEE nas SRM e promover práticas educacionais inclusivas que contribuam para a articulação entre a educação especial e a educação regular (MRECH, 1999; BRASIL, 2006).

Estabelecemos com os professores o diálogo sobre as formas de colocar todo o conteúdo apreendido nos módulos I, II e III em prática, enfatizando o fato de que o trabalho pedagógico nas SRM pode ser realizado de diversas formas, adaptadas à dinâmica dos professores, dos estudantes e da escola, em oposição à ideia de um modelo próximo ao clínico e com o debate acerca dos paradigmas da educação especial (MRECH, 1999).

O entendimento é a escola inclusiva, a que oferta o AEE, tem como desafio oferecer os recursos necessários para que as barreiras, que o próprio ambiente escolar impõe ao educando, possam ser dirimidas ou minimizadas. É apenas nesse sentido que interessam à educação inclusiva e ao professor da SRM, o conhecimento e a investigação das condições físicas, psíquicas, motoras, cognitivas, emocionais dos educandos. Afinal, é o conhecimento dos educandos que possibilitará ao professor compreender as barreiras enfrentadas por eles para seu desenvolvimento e aprendizagem. Conhecer essas barreiras, portanto, é o primeiro passo para que o professor possa realizar um atendimento educacional especializado a fim de eliminá-las ou superá-las (NORONHA, 2016).

A oficina deste módulo apresentou sugestões de atividades nas SRM e ofereceu subsídios pedagógicos, adaptações e situações para o desenvolvimento de capacidades físicas, intelectuais e emocionais (BUSCAGLIA, 2002; BRASIL 2008; MARQUES, 2008; ROPOLI, 2010; FIGUEIREDO, 2014) diretamente relacionadas aos objetivos educacionais mais amplos estabelecidos no PPP da escola, o que contribui também para a aprendizagem dos conteúdos disciplinares na classe regular sem, entretanto, se confundir ou substituir o trabalho dos professores das classes regulares.

Você considera que os conteúdos trabalhados no Módulo IV serão relevantes para sua prática profissional?

Claro que sim, pois são estratégias de utilização dos recursos pedagógicos nas salas de recursos, são de muita importância, servirá de suporte para o professor da SRM.

Muito, pois lá pude ter acesso a informações relevantes sobre os vários tipos de deficiências, de maneira clara, e conhecer um pouco mais as várias metodologias que podem ser usadas para trabalhar com esses educandos e ver que posso trazer muitas dessas metodologias para a sala regular. (AVALIAÇÃO, 2014).

Você gostaria de deixar algum comentário/observação sobre a Oficina IV que não tenha sido contemplado pelas questões acima?

Achei gratificante participar dessa oficina. Confesso que estava muito apreensiva e com um pouco de medo. Mas vi que podemos encontrar muito material pronto e aprendi com a nossa colega Maria Cristina que com vontade e um pouco de criatividade podemos produzir vários materiais de baixo custo que podem ser bem atrativos. Adorei essa oficina. (AVALIAÇÃO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após vários meses de estudo e dedicação, os relatos dos professores cursistas mostram que o esforço foi válido e o curso contribuiu para o desenvolvimento de ações efetivas para o atendimento educacional especializado.

Gostei muito deste curso, o melhor e

mais completo. Considero até melhor que os já oferecidos pelo MEC/ SEE/ MG que já fiz.

Parabéns a todos os envolvidos neste curso, de todos que já fiz este com certeza foi o mais completo. (AVALIAÇÃO, 2014).

² Fotografias e um relato completo do Seminário final do curso podem ser visualizados em Seminário de Encerramento do Curso “Da forma à ação!”. Disponível em: <<http://cursosrm.blogspot.pt/2014/07/seminario-de-encerramento-do-curso-da.html>>.

Os conteúdos dos quatro módulos foram elaborados de forma a retomarem conceitos e a interagirem entre si, fazendo com que a sensação fosse de um desenvolvimento que só seria possível com a apreensão do todo e isso foi refletido no trabalho de conclusão apresentado pelos cursistas durante o seminário de encerramento do curso. Este foi um momento marcante, pois colocou gestores, professores da educação básica e da universidade em debate, frente a frente, para discutir projetos de implantação de SRM².

O número pequeno de alunos poderia ser uma barreira para a implantação da sala, mas nós não desistimos, levando adiante o projeto que foi concluído e apresentado para a diretora e banca examinadora do curso em 26 de julho de 2014. (NORONHA; BRAGA; SOUZA, 2015)

A expressão “educação especial inclusiva” é um questionamento que pretende transformar o ponto de vista clínico, majoritário nas práticas educacionais, para a necessidade de um processo educacional inclusivo onde a educação especial não seja vista apenas como apêndice do sistema educacional. Tal visão persiste no Estado de Minas Gerais, que exige um laudo médico para que o aluno seja matriculado no AEE, prática que contraria a Nota Técnica nº4/2014/MEC/SECADI/DPEE, sendo uma das questões enfrentadas pelos professores que implantaram SRM em suas escolas após o curso.

As escolas da rede estadual de Minas Gerais seguem uma mesma regra para cadastrar o aluno como portador de necessidades especiais: ele precisa possuir um laudo médico, atestando suas condições físicas e/ou mentais. (NORONHA; BRAGA; SOUZA, 2015).

No entanto, com o curso foi possível evidenciar que, em uma escola inclusiva, a SRM cumpre o papel de apoiar o desenvolvimento pessoal e intelectual do educando e que a prática do laudo médico não pode ser fator condicionante ao AEE,

constatamos que apenas três alunos estavam amparados legalmente para serem atendidos na SRM, pois vários outros que apresentavam sinais claros ou sutis da necessidade especial, não possuíam laudo médico. (NORONHA; BRAGA; SOUZA, 2015).

As ações desenvolvidas com o projeto inspiraram professores/as a levarem adiante a implantação das SRM em suas escolas, conforme relato de uma delas:

É com muita alegria que venho te informar sobre a implantação da sala de recursos na Escola Estadual Dr. Edgardo da Cunha Pereira. A sala está montada e iniciaremos nossos trabalhos a partir da próxima segunda-feira. Fui designada para a função de professor da SRM e vou poder colocar em prática todos os sonhos construídos durante a realização do curso ministrado por vocês. [...] Agora, estou na fase de identificação dos alunos e contato com as famílias. (Depoente JMSBR).

A implantação da SRM provocou o diálogo entre os professores e a vida administrativa e política da escola. Ao mobilizar os conhecimentos desenvolvidos com o curso e sua experiência cotidiana, os professores puderam visitar a escola com olhar de cursista

a escola com olhar de cursista e fizemos uma pesquisa com a diretora, Maria Aparecida Pereira da Silva, para saber quais eram as possibilidades de implantação da sala, quais recursos a escola já havia recebido do Ministério da Educação, qual era a situação de acessibilidade da escola

e, o mais importante, quem era o aluno tido como público-alvo do Atendimento Educacional Especializado matriculados na escola.

ACESSIBILIDADE

A acessibilidade da escola é boa, pois possui rampa na entrada, amplos portões e corredores espaçosos que possibilitam aos alunos ingressarem nas salas térreas com facilidade. O prédio possui segundo andar, cujo o acesso se dá por meio de escadaria. No entanto, sempre que algum aluno necessita, seja por necessidade permanente ou temporária, a turma utiliza salas do andar térreo.

Mesmo assim, inicialmente a diretora não conseguiu apontar um local no andar térreo onde pudesse funcionar a SRM, pois todas as salas estavam sendo utilizadas para as aulas. Surgiu então a possibilidade de utilizar uma sala no prédio lateral, onde funcionam também a biblioteca e a sala de informática. Contudo, para que isso acontecesse, seria necessária a construção de uma nova rampa de acesso, obra a ser solicitada e sem previsão de execução. Mesmo assim, concordamos com o local da sala e o indicamos em nosso projeto.

RECURSOS PEDAGÓGICOS

Durante a pesquisa, foram verificados os equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos enviados pelo Ministério da Educação para uso com os alunos do Atendimento Educacional Especializado. Estavam todos bem guardados, esperando para serem utilizados.

APOIO DA DIREÇÃO

A diretora demonstrou grande interesse pelo assunto e, desde então, passou a empenhar-se para que a SRM fosse implantada, fazendo periódicas solicitações junto à Superintendência Regional de Pará de Minas e orientando as famílias sobre a importância de entregar o laudo médico para a escola. (NORONHA; BRAGA; SOUZA, 2015).

Neste relato, podemos identificar todas as etapas desenvolvidas ao longo do curso, as habilidades desenvolvidas e a prática a partir dos conhecimentos adquiridos, bem como o apontamento de novos desafios que vão sendo identificados com a prática do AEE. Do mesmo modo, as propostas de intervenção foram ampliadas. Como referido, inicialmente estava prevista a elaboração de Planos de Ação Pedagógica apenas para as três escolas municipais de Abaeté (Escola Municipal Chico Cirilo, Centro de Educação Infantil Dona Alvarina, Escola Municipal Senador Souza Viana). Além destes, foram elaborados Planos de Ação para a Escola Estadual Prof. Antônio Ribeiro e a Escola Estadual Dr. Edgardo da Cunha Pereira. Compreendemos que a implementação da SRM articula em torno de si ações integradoras de avaliação e ação sobre a perspectiva inclusiva no PPP da escola, no Censo Escolar, na efetivação das matrículas, na articulação pedagógica entre os professores da sala comum e da SRM, na comunicação entre as escolas da rede e na participação dos alunos nas ações de apoio ao atendimento.

As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e dar educação para todos; além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educacional. (BRASIL, 2006, p. 46).

Como espaços de prática estratégica para o AEE, as SRM devem ser compreendidas como uma via garantidora da participação nos espaços comuns de ensino e aprendizagem, pois promovem um esforço conjunto no ambiente escolar para a correlação entre ensino regular e ensino especial inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. de O.; GOTTI, M. de O. Atendimento educacional especializado: concepção, princípios e aspectos organizacionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE GESTORES E EDUCADORES: ENSAIOS PEDAGÓGICOS, 3., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: MEC/SEE, 2006. p. 267-272.

ARANHA, M. S. F. (Org). **Educação inclusiva: a escola**. Brasília, DF: MEC/SEE, 2004.

AVALIAÇÃO. Curso de formação de professores para atuar em salas de recursos multifuncionais. Módulos I, II, III e IV. 2014. Arquivo do projeto.

BELISÁRIO FILHO, J. F. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília, DF: MEC/SEEE; Fortaleza: Editora da UFC, 2010.

BERSCH, R. de C. R. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE GESTORES E EDUCADORES: ENSAIOS PEDAGÓGICOS, 3., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, DF: MEC/SEE, 2006. p. 281-286.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

_____. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Brasília, DF: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/cartilhaatual.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)**. Brasília, DF: SDH, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SEE, 2006. (Série Saberes e Práticas da Inclusão). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Documento Orientador Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 2 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2016.

BUSCAGLIA, L. F. **Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

CRESPO, L. **Júlia e seus amigos**. 2. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

DOS ANJOS, I. R. S. O atendimento educacional especializado em salas de recursos. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, Ano V, v. 9, n. 9, p. 4-11, jan./jun. 2011.

FIGUEIREDO, R. V. de. **A escola de atenção às diferenças**. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/a-escola-de-atencao-as-diferencas.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

GIL, M. (Coord.). **Educação inclusiva**: o que o professor tem a ver com isso? São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ashoka Brasil, 2005. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=24969>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

MARQUES, L. P. Definições. In: RESENDE, A. P.; VITAL, F. M. de P. (Org.) **A convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

NORONHA, G. C. de. **Da forma à ação inclusiva**: curso de formação de professores para atuar em salas de recursos multifuncionais. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

NORONHA, G. C. de; BRAGA, J. M. S.; SOUSA, F. P. A. de. O desafio da “travessia”: da forma à ação de professores para atuar em salas de recursos multifuncionais. ENCONTRO DE PESQUISADORES MINEIROS: PESQUISA E REFLEXÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2., 2015, Uberlândia. **Anais...** Disponível em: <http://www.inhis.ufu.br/sites/inhis.ufu.br/files/ANAIS%20-%20II%20Encontro%20de%20Pesquisadores%20Mineiros%20-%202015_0.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2016.

ROPOLI, E. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEE; Fortaleza: Editora da UFC, 2010. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/2011/05/27/colecao-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SANTOS, M. P. dos. Educação inclusiva: redefinindo a educação especial. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 3, v. 4, p.103-118, 2002.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. de C. R. **A educação**

especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília, DF: MEC/SEE; Fortaleza: Editora da UFC, 2010. Disponível em: <<http://ada.mec.gov.br/bitstream/handle/ada/1025/Fasciculo%206.docx?sequence=3>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

SERPRO. **Acessibilidade e universal design.** 2013. Disponível em: <<http://www.serpro.gov.br/acessibilidade/duniversal.php>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

Submetido em 6 de maio de 2016.

Aprovado em 6 de outubro de 2016.